

APONTAMENTOS SOBRE: AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NO ESTADO DO RS

DOUGLAS GADELHA SÁ¹; MARIA DE FÁTIMA CÓSSIO²

¹Universidade Federal de Pelotas – douglas_gadelhasa@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – cossiofatima13@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

As prescrições do capitalismo neoliberal da Terceira Via (NEVES, 2010) têm alterado o papel do Estado e orientado a agenda da reforma educacional com grandes repercussões na concepção, organização e funcionamento das redes de ensino. A nova forma de gerir a esfera pública implica dois conceitos-chave: o gerencialismo e a governança. O gerencialismo visa inserir no interior da máquina pública os preceitos e mecanismos de gestão privada, e a governança se refere as “transformações na compreensão de governo restrito ao aparelho de Estado, tido como monolítico, para uma pluricêntrica, de governança descentralizada, realizada por redes de múltiplos atores” como apontam Shiroma e Evangelista (2014 p. 25-26). Em outro momento, argumentou-se que o conceito de governança consiste em

...alargamento das relações e de ampliação das possibilidades de atingir objetivos e metas em favor do “bem comum”, contando com a participação e colaboração de parceiros, quer sejam países, instituições, pessoas, para além do Estado, visto que este, sozinho, na acepção dos formuladores, não consegue realizar (CÓSSIO, 2015, p.623).

Para aprofundar a compreensão das Parcerias Público-Privadas - PPPs, os conceitos de “Governança” e de “Gerencialismo” no quadro da Nova Gestão Pública - NGP são fundamentais, pois explicitam as novas formas de organização e atuação dos setores públicos nas três esferas (Federal, Estadual e Municipal), repercutindo nas políticas locais para a educação. As parceiras são constituídas para serem corresponsáveis na execução das políticas sociais, cabendo ao Estado o controle dos processos e às “organizações sociais”, representadas pelas fundações e institutos privados com ou sem fins lucrativos, a implementação das políticas sociais, a partir de recursos majoritariamente públicos, fundindo um projeto em maior escala de reconstituição da educação pública com a lógica de uma sociedade de mercado. Diante desse contexto, pretende-se investigar quais as instituições privadas que são contratadas pelos sistemas públicos (estaduais e municipais) de educação no Estado do RS para prestar serviços de consultoria, mapeando aquelas de que forma recorrente despontam no cenário local e, a partir desta identificação, aprofundar o estudo sobre as redes políticas que estão se configurando e que influenciam nas decisões e ações educacionais.

O tema foi estudado em uma pesquisa laboriosa da Profa. Dra. Eneida Oto Shiroma, fruto de uma pesquisa, o relatório apresenta a atuação das Redes de Políticas Públicas (RPP) tendo em vista compreender como influenciam a formação

de agendas para a educação e analisar suas implicações para a governança da educação no Brasil (SHIROMA, 2016. p. 13). No caso, a mesma parte de determinado grupo internacional, Organizações Multilaterais (OM) que pensa políticas públicas na educação, e seu efeito na apropriação que o Brasil fez destas.

2. METODOLOGIA

A pesquisa adota o método de “etnografia de rede”, como identifica Ball (2014), pois pretende realizar um mapeamento da forma e do conteúdo das relações políticas em um campo particular, neste caso, as parcerias público-privadas no Estado do RS. A etnografia de rede utiliza novas formas de comunicação virtual e eletrônica, oferecendo um acesso mais rico e mais amplo do que uso de dados terrestres (BALL, 2014, p.28). Tem como lócus as redes públicas municipais e estaduais do Estado do RS e as instituições com ou sem fins lucrativos que prestam consultorias na área educacional. Os instrumentos de pesquisa serão os sites de entidades representativas dos Secretários de Educação (Municipais e Estaduais), dos Conselhos de Educação, das Secretarias de Educação, imprensa, e de empresas consultoras, vídeos promocionais, Powerpoints, páginas do Facebook, blogs. Os instrumentos serão analisados tendo como base a metodologia de análise de conteúdo, em que se pretende cotejar os instrumentos, verificar as incidências e construir categorias explicativas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente pesquisa tem início e frutos fundamentalmente nos anos de 2014 a 2016, cujo trabalho dos projetos de pesquisa feito pelo NEPPE (Núcleo de Estudos e Pesquisa em Políticas Educacionais) intitulado: “A nova gestão pública e avaliação em larga escala: efeitos nas políticas educacionais locais” estudou a implicação das parcerias público-privadas no município de Pelotas-RS, orientando-se pela análise dos efeitos da política de resultados (Ideb) adotada pela Prefeitura da gestão anterior e, mais diretamente, das ações da empresa Falconi sobre a configuração da gestão das escolas do município. A análise crítica teve ênfase local, isto é, concentrou-se em uma perspectiva pontual: A Prefeitura da Cidade e as parcerias que esta estabeleceu durante sua gestão.

Nesse sentido, a atual pesquisa ampliou o horizonte geográfico e decidiu identificar as PPP's no âmbito estadual, alcançando todo o RS. Em um primeiro momento, foi feito o mapeamento das consultorias de entidades da sociedade civil às redes estaduais e municipais do Estado do RS, por meio da metodologia de “etnografia de rede” (BALL, 2014), utilizando, sobretudo a pesquisa em sites de entidades representativas dos Secretários de Educação (Municipais e Estaduais), dos Conselhos de Educação, das Secretarias de Educação, imprensa, e de empresas consultoras, vídeos promocionais, *Powerpoints*, páginas do *Facebook*,

blogs. A Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul (SECUD/RS), conta com as CRE (Coordenadoria Regional de Educação) que atua na gestão dos recursos e infraestrutura do ensino público, na qual a partir delas identificamos tais acordos feitos com os entes privados. No total são 30 CRE's espalhados nos 497 municípios, foi feito o recorte do maior número de instituições do terceiro setor presente nas cidades, totalizando o número de 70 parcerias de natureza -a princípio- diferentes, mas que essencialmente algumas cotejam-se.

Em um segundo, o presente portanto, motivado metodologicamente fora escolhido as instituições que possui maior frequência e presença em municípios orientado pelos CRE's, ou seja, as instituições que tem relevos -e relevos deve-se pensar a quantidade, presença e influência dos seus programas no ensino público- com seus programas (vide tabela 1), a partir desses aprofundar no estudo de cada entidade, compreender as redes de políticas que estas tecem, com quais objetivos, natureza de atuação, princípios e valores etc. No que tange cada instituição, fundamentalmente: a-) o principal local de divulgação -o website da Instituição- na procura do histórico de participação, a verificação da atuação efetiva no Estado respectivamente em suas CRE's juntamente a seus programas; b-) A possível parcerias com outras Instituições, visto que elas cotejam-se em alguns casos, e que por sua vez produz justamente o sentido de "redes". O bojo teórico bibliográfico, a NGP; os conceitos de Governança e Gerencialismo, intenta servir de aporte e subsidio à compreensão da estrutura desses entes, a rede política que se cria dentro do Estado uma lógica complexa de mercado.

Quadro 01: Institutos mais frequentes e presentes nos municípios do RS.

	Frequência (Nº de CREs)	Presença em Cidades
NATURA	12	62
IAS	12	20
FENABB	10	18
SICREDI	08	18
AFUBRA	07	18

Fonte: SCHERER, 2017.

4. CONCLUSÕES

A ampliação do debate acerca do novo modelo de gestão pública gerencial, das novas redes políticas e das parcerias público-privadas na configuração da educação pública, propicia a discussão com as equipes gestoras e professores das escolas municipais, criando um banco de dados sobre as parcerias público-privadas no Estado do RS. A existência de pesquisa robusta sobre o temática de redes de parcerias públicos-privadas no ensino, que parte de pontos semelhantes em relação a este, faz-se mister o trabalho da Profa. Dra. Eneida Oto Shiroma da UFSC



(Universidade Federal de Santa Catarina), que reflete a dificuldade histórica da proximidade tamanha ao problema político-econômico, o que é intrínseco a um momento histórico, ou seja, a distância sobre um determinado problema produz sempre tardiamente reflexões valiosas em qualquer âmbito do conhecimento.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALL, Stephen J. Educação Global S.A. **Novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

CÓSSIO, Maria de Fátima. Agenda transnacional e governança nacional: as possíveis implicações na formação e no trabalho docente. **Revista e-Curriculum (PUCSP)**, v. 13, p. 616-640, 2015.

EVANGELISTA, Olinda. Estado, capital e educação: reflexões sobre hegemonia e redes de governança. In: **Revista Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados/MS, v.4, n.11, p.21-38, mai./ago. 2014

_____. SHIROMA, Eneida Oto. **Redes de políticas públicas e governança da educação: pesquisando a convergência das políticas para docentes nas agendas para a próxima década**. Relatório de pesquisa, Florianópolis, UFSC, 2016.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **Direita para o social e esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil**. São Paulo: Xamã, 2010